



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

## **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA MARÉ E CIDADE DE DEUS**

**DEBORAH TOCCI FERREIRA ATHILA**

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

## **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA MARÉ E CIDADE DE DEUS**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**DEBORAH TOCCI FERREIRA ATHILA**

**Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares**  
**Co-orientadora: Profa. Ms. Renata Souza**

RIO DE JANEIRO  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “Comunicação Comunitária na Maré e Cidade de Deus”, elaborada por Deborah Tocci Ferreira Athila.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Marialva Barbosa  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Gabriela Nóra  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF  
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

ATHILA, Deborah Tocci Ferreira.

Comunicação Comunitária na Maré e Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

ATHILA, Deborah Tocci Ferreira. **Comunicação Comunitária na Maré e Cidade de Deus**. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## **RESUMO**

Este trabalho analisa o conceito de comunicação comunitária aplicado ao trabalho de dois exemplos práticos: O Jornal O Cidadão, que é produzido na Maré e o Jornal A notícia por quem vive, na Cidade Deus. Busca-se contextualizar com a história de formação e características das respectivas comunidades onde cada atividade é feita, mostrando as peculiaridades de cada uma. Para chegar ao conceito de comunicação comunitária, são analisados os conceitos de comunidade e globalização, para então poder se entender o espaço ocupado pelo jornalismo alternativo praticado por esses veículos nos dias atuais. A monografia explora a importância da comunicação alternativa para dar voz aos moradores de favelas, que ainda são mal representados pela Grande Mídia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família- queridos irmãos, primos, tios e avós- por sempre permanecerem ao meu lado em qualquer situação vivida e serem sempre os primeiros a me apoiarem e torcerem pelo meu sucesso. Aos meus sobrinhos Gael e Enzo por me encherem de amor no dia-a-dia e por me motivarem a buscar um país melhor. E especialmente aos meus pais, Marcus e Lena, que não só me deram vida como proporcionaram toda a estrutura emocional e material necessárias para eu construir meu futuro.

Ao Guiba, meu namorado e companheiro de todos os momentos, por me deixar mais feliz, me ajudar nas dificuldades e dar paixão e cor aos meus dias.

À UFRJ, por ter me formado criticamente, especialmente os professores: Paulo Oneto e Renzo Taddei, que me ensinaram outra forma de ver o mundo.

Ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC-UFRJ) e a minha orientadora Raquel Paiva, que me introduziram ao campo da comunicação comunitária e me mostraram boas propostas alternativas dentro do jornalismo.

A minha co-orientadora Renata Souza, pelas aulas de comunicação comunitária ministradas na ECO e por ser um exemplo vivo de luta da favela, não só na Maré e nos espaços populares da cidade, mas também na Academia.

Às equipes dos jornais O Cidadão e A notícia por quem vive, pela generosidade em ceder o espaço, tempo e as informações na produção da presente monografia, especialmente à Valéria Barbosa e Thaís Calcalcante, que com muita atenção e gentileza combinaram os dias das minhas visitas à Cidade de Deus e Maré, respectivamente, e responderam minhas dúvidas prontamente pela internet.

A todos os moradores de favelas cariocas e todos os comunicadores comunitários que resistem bravamente a esse Estado cruel e elitista e que sempre me receberam tão bem em suas casas e locais de trabalho, ofereço meu amor e homenagem.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O CONCEITO DE COMUNIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....	5
2.1. A comunidade e a proposta comunitária.....	5
2.2 A Globalização .....	7
2.3 A Comunicação Comunitária.....	9
3. MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA .....	12
3.1 A Favela na mídia tradicional brasileira .....	12
3.2 Jornalismo Popular .....	16
4. A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO .....	19
4.1 Favela como resistência/sobrevivência.....	19
4.2 A Favela da Maré.....	21
4.3 A Cidade de Deus .....	24
5. EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA .....	28
5.1 Jornal O Cidadão, no Conjunto de Favelas da Maré .....	28
5.2 Visita ao Jornal da Maré .....	29
5.3 Jornal A Notícia por quem vive, na Cidade de Deus .....	35
5.4 Visita ao Jornal da Cidade de Deus .....	38
6. CONCLUSÃO.....	42
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	44
8. APÊNDICE A	

## 1.INTRODUÇÃO

A Comunicação Comunitária é um assunto que deve ser urgentemente pensado, debatido e uma ação que deve ser implementada atualmente. Em uma sociedade capitalista onde suas instituições, assim como a mídia, são voltadas para o lucro, o pobre fica à margem e as culturas tradicionais não são valorizadas e têm suas diversidades achatadas. Mostrar o local e as multiplicidades existentes dentro do global e com auxílio das novas tecnologias, dando voz aos marginalizados dentro do sistema e trabalhar sem fins lucrativos faz dos comunicadores comunitários bravos e honrosos guerreiros no mundo contemporâneo.

Desde que entrei no LECC, Laboratório de Comunicação Comunitária na UFRJ, coordenado pela orientadora do trabalho que vos escrevo, Raquel Paiva, comecei a me interessar pelo tema da comunicação comunitária e pelas histórias vindas da favela, a partir dos textos críticos da própria Raquel Paiva e Muniz Sodré lidos no LECCTURAS e da experiência vivida na Cidade de Deus para fazer meu trabalho de iniciação científica.

A partir de então, todas as minhas reportagens da faculdade foram feitas em favelas, como: Cantagalo, Andaraí e Santa Marta. Cada visita nas favelas e a cada pessoa e história conhecida, e a generosa forma como sempre fui tratada, me fez querer continuar trabalhando nessa área. Em seguida, comecei a estagiar no Viva Favela, onde cada semana estava em uma comunidade diferente, somando até hoje em média 20 novas comunidades que eu não conhecia.

O que no princípio me intrigou era a existência de tanta história inspiradora e diversa que vinha da favela, e que eu nunca havia conhecido através da mídia tradicional no Brasil. A forma com que a mídia trata a favela e seus moradores afeta diretamente o pensamento das pessoas que moram no asfalto, que passam a enxergar esse outro território da cidade de forma muito distante e estigmatizada. Tão estigmatizada que cansei de ouvir conhecidos meus demonstrarem apreensão me vendo ir para uma favela, me chamarem de maluca, esquecendo que lá milhares de pessoas vivem, apesar dos problemas estruturais existentes. O ápice dessa situação de ditanciamento foi, em uma mesa de bar em Copacabana, eu ouvir de uma mulher branca, classe média alta, a seguinte frase: “Você trabalha em favela? Como eles são



lá? Tem muito doidão?”. Depois dessa pergunta, disfarcei minha tristeza e percebi que não valeria uma conversa profunda com tal pessoa, e para seguir o baile continuei o assunto falando de moda.

Esses são pequenos exemplos do problema que vivemos atualmente, agravados e alimentados por uma mídia ruim, que não só cobre o morador de favelas por estereótipos mas também o criminaliza em muitas histórias, e esses, que não têm poder nem voz dentro de uma cidade com tamanha desigualdade social, sofrem constante preconceito e diversas formas de controle.

Neste trabalho serão apresentadas duas experiências práticas de comunicação comunitária: a experiência do jornal O Cidadão, na Maré, e do Jornal A notícia por quem vive, na Cidade de Deus.

Para chegar até a elas, será contextualizado para o leitor o tema da comunicação comunitária. A princípio, será abordado o conceito de comunidade: o que representa, o que não representa e como é vivido em nossa sociedade. Dentro dessa abordagem, será discutida a comunidade subalternizada, termo que representa as duas favelas que são objeto de estudo do meu trabalho, marginalizadas aos olhos do poder público e da sociedade. Nessa parte, será reforçado o distanciamento existente entre os moradores do asfalto e da favela e os pré conceitos estabelecidos pelos primeiros.

Depois da comunidade, será discutido o conceito da comunicação comunitária. Antes de chegar nele, entretanto, a globalização entrará em questão. Em meu primeiro pré sumário, a globalização não existia. No decorrer do trabalho, percebi ser imprescindível abordar a questão globalizadora antes de entender o espaço e a atuação da comunicação comunitária nos dias atuais, que representa um espaço de resistência, de luta comum.

Para chegar à parte prática, do trabalho realizado no Morro do Timbau, pelo Cidadão, e na Praça do Ageu, pela Notícia por quem vive, apresento o porquê da escolha das comunidades trabalhadas e dos veículos que são objetos de estudo dessa monografia: minha familiaridade com os mesmos, devido a outros trabalhos da faculdade e reportagens que fiz nos locais que possibilitaram em mim o reconhecimento do potencial de ambos os territórios em articulação de projetos sociais impactantes, e também por conhecer quatro importantes fontes que atuam ou já atuaram nos veículos que são os objetos de estudo da minha monografia, como minha co-orientadora Renata

Souza, moradora da Maré, já foi coordenadora do Cidadão e fez sua dissertação de mestrado sobre os 10 anos do jornal; Thaís Cavalcante, atual repórter e coordenadora do Cidadão, moradora da Maré e correspondente comunitária do Viva Favela, onde eu trabalhei até o início do mês de junho desse ano (2015); Valéria Barbosa e Cilene Vieira, moradoras da Cidade de Deus que são colaboradoras desde o princípio do jornal A Notícia por quem vive , que eu havia conhecido através da pesquisa de iniciação científica e depois, com a Valéria, também fiz uma reportagem em vídeo que fiz, pelo Viva Favela, com o seu perfil, intitulado “Valéria: arte e ação social na Cidade de Deus.

Depois, farei uma contextualização da formação das favelas da Maré e da Cidade de Deus é feita, como forma de entender não só a geografia de tais lugares como a formação histórica dos comunicadores em questão.

Os principais autores com que trabalharei em grande parte da presente monografia são pesquisadores do tema, como por exemplo, a minha orientadora Raquel Paiva, especialista em Comunicação Comunitária e coordenadora do LECC, onde fui bolsista; Muniz Sodré, professor emérito da UFRJ que possui muitos textos críticos sobre comunicação e implementa a ideia da comunidade em muitos deles, João Paulo Malerba, pesquisador do LECC sobre comunicação alternativa, especialmente das rádios comunitárias, e outros são autores locais como Valéria Barbosa, do jornal A Notícia por quem vive e Renata Souza, minha co-orientadora que é ao mesmo tempo da área acadêmica, por ser doutoranda na ECO e local, por ser moradora da Maré e ter trabalhado no Jornal O Cidadão.

Ao analisar cada veículo, irei comparar certos pontos na forma da produção dos jornais, organização dos membros e linha editorial. Tento mostrar as semelhanças, no empenho dos membros, nas dificuldades enfrentadas, nas condições de trabalho, na variação da periodicidade e na luta por recurso que garantam seus respectivos funcionamento e continuidade. Além das semelhanças, diferenças também serão mostradas, na forma de organização das matérias, no perfil dos comunicadores, no tipo de linguagem utilizada, na estrutura da equipe e nos temas recorrentes nas pautas mais comuns dos jornais.

Concluirei o presente trabalho exaltando o papel da comunicação comunitária e seus protagonistas dentro do território que atuam e na sociedade brasileira atual. Ser comunicador comunitário no país é hoje uma forma de ser guerreiro com seu território

específico, o da comunidade, que não é um espaço abstrato, sua forma especial de ser sujeito – o comum -, seu valor próprio de fraternidade – o comunitário. E seu estilo próprio de verdade, a comunicação do comum em outros termos que não os termos abstratos e objetivos da comunicação mediática.

## **2. O CONCEITO DE COMUNIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

Para início de trabalho, serão abordados os conceitos de comunidade, de globalização e comunicação comunitária, para depois desenvolvê-los praticamente. A palavra latina *communitas*, que originou a palavra comunidade, refere-se à ideia de pôr uma tarefa em comum, implica o coletivo, oposto ao particular.

Em outras palavras, comunidade não é um mero estar junto num território, com numa aldeia, num bairro ou num gueto, e sim um compartilhamento (ou uma troca), relativo a uma tarefa, um *mumus*, implícito na obrigação imaginária que se tem para com o OUTRO (SODRÉ, 2006: 93).

### **2.1. A comunidade e a proposta comunitária**

Na história do Ocidente, segundo Paiva (2003), comunidade sempre esteve no imaginário social como proposta para um mundo melhor e mais harmônico, representando sempre uma saída, uma possibilidade de fazer reverter o modelo pautado na racionalidade instrumental, formulado pelo Iluminismo.

Muitos pesquisadores enxergam comunidade como luta, "um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de 'desalienação', fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo" (MIANI, 2011: 227). Para Sodré, citando Kant, a palavra comunidade, em termos lógicos, pode ser vista como “a causalidade de uma substância na determinação de outras, em toda reciprocidade” (KANT apud SODRÉ, 2006: 93). Nos termos da habitação humana num território, essa noção é aplicável à possibilidade que tem o indivíduo de pôr-se em disponibilidade para algo em comum- concretamente, para o valor ou a troca numa relação geral de cada um com todos os outros.

Aplicado especificamente ao meu estudo, comunidade representa as favelas da Rocinha e da Maré. O conceito, aplicado à favela, pode ser perigoso, por amenizar os problemas estruturais e sociais que envolvem o termo, dar um tom positivo e, assim como os muros de concretos que cercam o Complexo da Maré, negar e esconder uma

realidade. Nemézio Amaral, no livro “Comunidade e Contra Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa” afirma haver um risco da aceitação de uma definição de comunidade desproblematizada, pois o termo pode ser reducionista, generalizante. O que nomeia certa comunidade são na verdade termos fortemente caracterizados e envoltos por estereótipos, sem admitir a polifonia existente em cada grupo desses, a particularidade de cada pessoa. O termo não representa algo fixo, mas sim com fronteiras móveis, em um fluxo de entrada e saída, de permanência e partida. Há um problema no fato dos nomes que classificam por exemplo as comunidades subalternizadas serem dados de fora para dentro, suprimindo a voz de quem está sendo representado e ganhando poder sobre estas, delimitando seu lugar físico e simbólico na sociedade (AMARAL, 2008).

Essas comunidades subalternizadas são constantemente exotizadas pela mídia, que cria uma representação coletiva do morador de favela, fruto do histórico distanciamento entre morro/asfalto e reforçado pela grande mídia (jornais, filmes, programas de tv), que apresenta o jovem morador da favela escondido por estereótipos. Representação Coletiva é o que Durkheim defende como sendo a bagagem cultural que a sociedade carrega, uma classe geral de conhecimentos e crenças que são impessoais, gerais e abordam conceitos abstratos, formando uma bagagem cultural na sociedade (DURKHEIM, 2007), a perspectiva de serem sempre os "outros", causando um distanciamento entre morador do asfalto e favela. Há um vídeo do canal do Youtube<sup>1</sup> Porta dos Fundos que exprime isso bem. No vídeo, intitulado “Pobre”, o personagem, interpretado por Gregório Duvivier, adentra na comunidade com um carro cheio de turistas. Ele faz uma espécie de “safári” na favela, mostrando aos “gringos” como vivem os favelados, que, apesar de viverem em uma distância geográfica tão curta dos demais moradores da cidade e circularem o tempo todo nela, são postos como tão diferenciados que se parecem com extraterrestres na visão dos espectadores da incursão mostrada. Além disso, as vozes dos moradores são suprimidas pela verdade do guia, que aparece com um discurso “de fora pra dentro”, que espetaculariza o cotidiano dos que estão dentro da favela, metáfora do que ocorre em veículos tradicionais da mídia do Rio de Janeiro e Brasil.

---

<sup>1</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8NILQp2xmZ8>, acesso em: 20 de abril de 2015.

## 2.2 A Globalização

Atualmente, a relação do homem com a realidade se dá pelas tecnologias da informação, em todos seus modos de realização.

Para esse sujeito, é o mercado-global e não mais o Estado Nação, que ajuda a formar sua identidade. Fica pra trás a utopia de uma possível cidadania política, e o novo sujeito social passa a ser o consumidor. Este emerge como o contrário do cidadão, contrário ao desejo de mudança social e à preocupação do bem comum (GORZ apud SODRÉ, 2006: 95).

A tendência à globalização instaura-se no momento seguinte ao da Guerra Fria, quando a polarização entre a União Soviética e os Estados Unidos torna-se anacrônica, devido principalmente ao desmembramento da República Soviética. A postura econômica e a forma de apropriação do capital, vai definir a forma em que a cultura é elaborada pelas regiões, junto a sua língua, suas formas de expressão, a política, a religião e as relações com os outros povos (PAIVA, 2003).

A era da globalização é aquela que assiste a interferência do mercado em todas as esferas da vida, e com as trocas culturais isso também acontece. Regido pela lógica do lucro, o mercado acaba por desvalorizar esvaziar as práticas e produtos das culturas tradicionais – como as camponesas, indígenas, negras. Silenciando os “traços mais conflitivamente heterogêneos e desafiantes (...) não haverá outro remédio senão estilizar e banalizar, isto é, simplificar o outro, ou melhor, descomplexizá-lo, torná-lo assimilável sem necessidade de decifrá-lo” (BARBERO apud MALERBA, 2006: 16). Tais traços conflitantes de culturas tradicionais, que são desvalorizados e silenciados em um mundo regido por uma lei: a da globalização, onde as multiplicidades e diversidades existentes vão sumindo, tornando os integrantes desse sistema uniforme meros objetos de desejos, são ilustrados no poema “Os ninguéns”, de Eduardo Galeano:

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada/ Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos./Que não são embora sejam./Que não falam idiomas, falam dialetos./Que não praticam religiões, praticam superstições./Que não fazem arte, fazem artesanato./Que não são seres humanos, são recursos humanos./ Que não tem cultura, têm folclore./Que não têm cara, têm braços./ Que não têm nome, têm número./Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local./Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata. (Eduardo Galeano)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/Njc2OTk1/>, acessado em: 15 de junho de 2015.

As ordenações sociais são o segmento mais afetado pela voracidade do sistema. A lógica individualista e competitiva não prevê o atendimento ao sujeito coletivo, em geral carente de recursos e à margem dos mercados. A comunidade passa a ser um elemento alternativo e marginal em todo esse processo.

Para Bauman, (2005) é preciso lutar para preservar a identidade em um mundo regido por uma nova ordem global perturbadora. Por meio de instrumentos como a hiper tecnologização, a eliminação dos territórios o aumento exponencial da velocidade das trocas de capital, esse sistema hegemônico de expansão na sociedade capitalista vem promovendo o esvaziamento de identidades e manipulação dos valores comunitários de acordo com a fome de expansão dos seus mercados. Uma luta que deve juntar o campo do pensamento com o da experiência humana. Bauman acredita que os malefícios da globalização são muitos, mas que há também uma perspectiva otimista dentro de todo esse movimento, de fortalecimento da união.

A globalização atingiu um ponto em que não há volta. Todos nós dependemos uns dos outros, e a única escolha que temos é entre garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos. Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto-interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma estratégia. De maldição, a globalização pode até transformar-se em benção: a “humanidade” nunca teve uma oportunidade melhor! Se isso vai acontecer, se a chance será aproveitada antes que se perca, é, porém, uma questão em aberto. A resposta depende de nós (BAUMAN, 2005: 95).<sup>3</sup>

A Comunicação Comunitária aparece como algo que norteie o indivíduo dentro de um mundo com uma ordem globalizante tão forte, e está ligada ao conceito de “Comunidade Gerativa” proposto por Paiva, que representa um conjunto de ações norteadas pelo propósito do bem comum, passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos e que possuem ênfase nas ações práticas do cotidiano a da localidade. Paiva enfatiza também dentro desse conceito a necessária vinculação social e preocupação territorial.

Os indivíduos agrupados por interesse comum podem retomar como cidadãos a possibilidade que lhes foi negada de interferir nas decisões do poder público. Eleger a possibilidade comunitária quer dizer opor-se, ou pelo menos não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a

---

<sup>3</sup> Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão. (PAIVA, 2003:123).

A comunicação pode e deve servir como instrumento de democratização da gestão pública e do fortalecimento da participação popular.

### **2.3 A Comunicação Comunitária**

A vontade de produzir um discurso próprio, sem filtros ou intermediários é um forte motivo que impulsiona a criação de um veículo comunitário e surge a partir do momento em que a comunidade passa a analisar a produção de conteúdos por conta dos veículos tradicionais e não reconhecer a si próprio e sua realidade quotidiana dentro desta mídia (PAIVA, 2003). A participação efetiva da comunidade na elaboração das produções é exatamente o que vai distinguir um veículo comunitário. É uma conquista a ser alcançada o envolvimento de todo o grupo social, mesmo que existam na comunidade pessoas exclusivamente responsáveis pela montagem do veículo.

Dentro do mundo globalizado, “o veículo comunitário pode funcionar como um canal de negociação de conflitos ao articular informações e estímulos globais com a memória e a história local, (re) construindo novos relatos, negociando identidades.” (MALERBA, 2006:16). A mídia comunitária, centrada na permanente construção da identidade, pode promover uma troca saudável de subjetividades e é capaz e oferecer um discurso reflexivo para a sociedade.

A estrutura comunitária atua como propósito de pressão, como uma estratégia para participação efetiva nos dispositivos sociais e como possibilidade de descentralização do poder (PAIVA, 2003). O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe (...). Um jornal comunitário é elaborado por membros da comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo (MARCONDES apud PAIVA, 2003:136).

O Comunicador Comunitário não pode, de acordo com Malerba (2006), reduzir a comunidade a uma só voz, ignorar a diversidade presente. Ele deve ser muito mais



político do que tecnológico, em prol da transformação e melhoria de sua comunidade. O autor, ao tratar a comunicação comunitária, fala do crescimento do interesse acadêmico em estudar o tema, relacionado ao aumento da importância dessas próprias mídias e seu poder de influência na sociedade. Ele cita o Brasil e a América Latina como exemplos onde essa mídia é peculiar por tanta desigualdade e injustiça social. No Brasil, há uma "oligopolização midiática" que representa um desequilíbrio dos locais de fala.

Malerba denomina a preocupação, de muitos meios acadêmicos inclusive, de definir um meio comunitário autêntico como algo não legítimo, uma essencialização falsa. Os critérios que definem um veículo como comunitário são fixos e restritivos. Se, por alguma razão um veículo não se encaixar totalmente em algum destes, logo não pode ser considerado como comunitário, segundo tais acadêmicos. O pesquisador acredita que há uma ilusão em criar uma "mídia comunitária ideal", ignorando a experiência e possibilidade de funcionamento real e possível de muitos veículos. Ele defende a comunicação comunitária de maneira mais processual, menos estática, com mais flexibilidade (MALERBA, 2008).

“A comunicação instiga o medo coletivo contra tal grupo e reforça as estratégias contemporâneas de controle de comportamentos que baseiam seus recursos retóricos na semiose da velha propaganda política” (SODRÉ, 2006: 75). A mídia comunitária tem a capacidade de mobilizar a população local em torno das reivindicações cidadãs favorecendo o desenvolvimento da cidadania e contribuindo na democratização das sociedades contemporâneas. Peruzzo, segundo Sodré, aborda a comunicação comunitária no contexto latino americano, em países explorados economicamente por muitos anos, inseridos recentemente no modelo neoliberal e com fortes desigualdades sociais.

É importante que se entenda que a m dia comunitária se refere a um tipo particular de comunicação na América Latina. É aquela gerada no contexto de um processo de mobilização e organização social dos segmentos excluídos (e seus aliados) da população com a finalidade de contribuir para a [sua] conscientização e organização [...] visando superar as desigualdades e instaurar mais justiça social (PERUZZO apud. SODRÉ, 2003:09).

A grande m dia e seus veículos tradicionais, por serem instituições que são extensão da lógica capitalista, onde o Jornal representa o produto que deve ser vendido e gerar lucro, acaba focando a notícia para agradar o segmento social que é seu público alvo, e acaba por distanciar ainda mais o outro, o morador de favela no caso. Os que

possuem a seu serviço os meios de comunicação saem com vantagem, pois estimulam, através da grande mídia, tendências de pensamento, comportamento, moda, padrões de beleza, influenciando o desejo coletivo (AMARAL, 2008). No próximo capítulo, abordarei o Jornalismo tradicional atuante no Rio de Janeiro.

### 3. MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA

Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. (...) A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem um história tornar-se a única história.(...) Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.<sup>4</sup>

#### 3.1 A Favela na mídia tradicional brasileira

O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito. Por isso, seria possível dizer que o preconceito fala mais de quem enuncia ou projeta do que de quem sofre, ainda que, por vezes, sofrê-lo deixa marcas (ATHAYDE, 2005: 176).

Os veículos de comunicação na América Latina e, especificamente, no Brasil, são caracterizados pelo histórico processo de concentração nas mãos de algumas famílias das elites locais. No Brasil são sete famílias que dominam os meios de comunicação, a família Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos), do SBT, o Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estadão e a Civita da editora Abril (Veja) (Blog do Tarso, 2014)<sup>5</sup>. Segundo Paiva (2003), "Pela lógica comunitária é impensável que a comunicação ainda esteja nas mãos de uma elite que cada vez mais se compromete com a ordem global em detrimento do país de origem. Esta elite não está nada atrelada ao regional ou local".

Esse cenário de concentração de propriedade dos meios de comunicação no Brasil causa, entre outras consequências, um problema de representação para parte da população: poucas pessoas, majoritariamente provenientes de uma determinada classe social, produzem informação que será “consumida” por pessoas de todas as classes. A visão que se produz, portanto, não é imparcial como pretende fazer parecer a mídia formal (ALVEAR apud MELO et al.,2013).

---

<sup>4</sup>Discurso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talks , em 2009. Disponível em: [http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br), acessado em: 10 de junho de 2015.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://blogdotarso.com/2014/10/23/a-democratizacao-da-midia-no-brasil/>, acessado em: 19 de maio de 2014.

A visão do morador de favela, e de periferia de maneira geral, na mídia tradicional, ainda é muito baseada em estereótipos, estigmatizada e pouco humanizada, sem abordar a diversidade presente nos cidadãos da favela. O uso do termo “periferia” reflete na maior parte das vezes uma distinção para além da geografia: localizam-se no centro os privilegiados do sistema espacial que se pretende delimitar, enquanto na periferia se instalam os inferiores em comparação ao centro.

Existe o comum hábito da sociedade hegemônica em deslegitimar certos membros de um grupo por atuarem de maneira diferente do estereótipo do determinado grupo em que pertence, que, com o passar dos anos, presos a um "essencialismo identitário" que os condiciona a agirem de maneira pouco variável para serem considerados, por exemplo "índios de verdade", ou "favelados de verdade", como se, se buscassem alguma mudança ou progresso material, automaticamente se destruíssem, restando a opção de permanecer à margem (AMARAL, 2008).

O que parece ser um fator característico de determinado grupo comunitário torna-se particularmente perigoso quando grupos socialmente desfavorecidos aceitam a carapuça conceitual de “minoria” ou de “excluído” e não se atêm à consciente armadilha social, que os quer atrás de fronteiras discerníveis para “os de fora” e, desta maneira, mais efetivamente controláveis.

A pouca diversidade da informação é o resultado desse monopólio dos veículos de comunicação, já que as seis principais empresas de mídia controlam, em conjunto, 138 dos 668 veículos existentes (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva. A Globo, sozinha, detém 56% da audiência de TV. À Globo estão vinculados 340 veículos, entre canais de rádio, televisão, jornais e revistas. A seguir, vêm o SBT, com 194 emissoras filiadas; Band, com 166; Record 150; e Rede TV, com 84 (MORAES apud SOUZA, 2011: 22).

Quanto à comunicação impressa no estado, uma forte característica é a apropriação midiática da família Marinho, detentora dos jornais O Globo, dirigido às classes A e B; Extra, para classes C e D; e Expresso da Informação, orientado para a classe D. Há outros impressos no Rio de Janeiro, mas, em termos de tiragem, não são tão expressivos. É o caso de O Dia, destinado às classes B e C; e Meia Hora, para a classe D em diante ( PAIVA, V. & MADRUGA, A., 2010).

Fica o questionamento: como apontar a desigualdade social e propôr mudanças de mentalidade sendo representante de uma das maiores empresas do país, gastando centenas de milhares de reais para produzir um programa, montando megas estruturas de espetáculo em áreas miseráveis e criando narrativas intencionalmente parciais (para não dizer pessoais) sobre as pessoas que lá vivem, negando-lhes a possibilidade de falar por conta própria?

Walter Benjamin diz que “abastecer um aparelho produtivo sem ao mesmo tempo modificá-lo, na medida do possível, seria um procedimento altamente questionável mesmo que os materiais fornecidos tivessem uma aparência revolucionária.”<sup>6</sup> (BENJAMIN, 1985: 128).

O quadro de pouca diversidade da informação sobre as periferias e favelas cariocas pode ser verificado praticamente por qualquer pessoa que acesse a rede. Basta colocar no google o nome de alguma favela e ver as notícias achadas. A grande maioria é sobre violência, o que corrobora a construção de diferenças entre morador do morro/asfalto através do medo gerado. Na verdade, o que emerge, segundo Esposito, é o terror, o pavor, como uma sensação paralisante e desagregadora. Este sentimento de insegurança radical generalizado prolifera em toda a estrutura social, de tal maneira que se tornam praticamente incipientes todas as relações e vinculações sociais. “Se a única vinculação humanamente experimentável é aquela do delito, então não sobra mais que o delito contra esta relação, ou seja, a eliminação drástica de todas as ligações sociais”, (ESPOSITO apud PAIVA, 2002: 06).

A jornalista e assessora Renata Souza, no seminário “Mídia, o discurso do medo e a leitura da sociedade”, realizado na PUC RIO (11/05/2015), falou sobre a perigosa cobertura da mídia acerca da violência, citando alguns problemas do jornalismo de segurança atual, que ainda reforçam as discriminações sociais, um deles é a falta de empatia e vinculação de quem produz a matéria com a vítima. Além disso, a professora e pesquisadora também afirma que as fontes consultadas diante de um conflito em uma favela, por exemplo, são sempre as mesmas, sendo apenas expostas as vozes do governo, de especialistas e da polícia, ocultando as vozes dos moradores locais. Na mesma mesa composta por Souza no seminário estava o professor e jornalista Chico Otávio, do O Globo, que reconheceu a pouca diversidade de fontes nas matérias

---

<sup>6</sup> Tradução de Sergio Paulo Rouanet.

jornalísticas atuais, e associou isso ao jornalismo preguiçoso, que prefere resolver a matéria pelo telefone ou pelo email, entrando em contato com as respectivas assessorias e a rapidez do jornalismo atual, em virtude da internet que requer as informações em tempo real. Porém, ele acredita que houve um avanço em relação há décadas atrás, como por exemplo nos anos 80, onde “espremia-se o jornal e saía sangue”. Chico Otávio afirma que os repórteres buscavam as histórias/notícias de segurança pública com os próprios delegados, entregavam ao editor, que romantizavam a história. O jornalista afirma que a cobertura de porta de cadeia, as páginas de cadáveres, o sangue, e os textos preconceituosos foram dando lugar a um jornalismo mais objetivo e preocupado em entender os atos de violência que atinge a cidade.

A segurança pública, ao contrário de temas como política, economia, educação, cultura ou ciência, é uma área em que as redações não contam com muitos jornalistas especializados. Mesmo quando existem, raramente são qualificados para compreender o fenômeno da segurança e da violência em todas as suas nuances. Lugares comuns e chavões passam a servir como base de interpretação de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando ainda mais os inúmeros estereótipos existentes. Curiosamente, esta ausência de formação especializada repete-se entre os operadores do sistema e profissionais. Policiais, juízes e promotores raramente são formados em criminologia ou em áreas afins à pesquisa e à organização de informações que possam subsidiar suas decisões. Terminam repetindo os mesmos preconceitos e idéias prontas de senso comum, de pouca valia para quem pretende uma compreensão mais profunda que possibilite uma intervenção de fato eficaz (BEATO, 2007).<sup>7</sup>

Além da representação estereotipada, com a diferença marcada, a maior presença da periferia na mídia também tem seu caráter mercadológico, já que houve um grande aumento de pessoas no mercado de consumo brasileiro na última década, os representantes da “Nova Classe média”. De acordo com os dados apresentados pelo instituto Data Popular, em 2002, de cada 100 moradores de favelas, 32 estavam na classe média. Em 2013, o número subiu para 65 em cada 100. Apesar da elevação do padrão de consumo da “nova classe média”, esse é um termo perigoso, por representar mais o crédito fácil do que propriamente ao aumento do poder aquisitivo. (POCHMANN, 2012). E essa nova classe média “consome” cada vez mais a programação televisiva e constituem grande audiência dos canais de televisão.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/paiva\\_midia\\_violencia.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/paiva_midia_violencia.pdf), acessado em: 13 de junho de 2015.

Mas o termo otimista de "nova classe média" acaba escondendo e não levando em conta fatores extra-econômicos, como liberdade de escolha individual, moradia digna, alimentação adequada e acesso a serviços públicos de saúde e educação de qualidade. As novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição e pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de qualquer configuração que não a de classe trabalhadora. Associam-se sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam de imediato o padrão de consumo, pois trabalhador não poupa, mas gasta tudo que ganha (POCHMANN, 2012).

### **3.2 Jornalismo Popular**

É preciso achar um caminho intermediário entre o discurso etnocêntrico elitista, que desqualifica a produção subalterna, e a atração populista diante das riquezas da cultura popular, que deixa de lado aquilo que, nos gostos e consumos populares, há de escassez e resignação (CANCLINI, 2003: 89).

O Jornalismo popular nasce nos Estados Unidos e na Europa junto ao avanço das tecnologias de impressão e da concorrência entre as grandes empresas de mídia. Ao utilizar uma linguagem específica, que apela para o inconsciente dos consumidores, estes jornais são classificados como sensacionalistas.

Hoje, o crescimento das publicações jornalísticas de cunho popular é devido, em parte, à elevação dos índices de alfabetização e à ascensão do poder aquisitivo de algumas camadas sociais, graças à situação financeira do país no início de 2000. Ou seja, o crescimento social de uma parte da população, alterou seu pensamento e os critérios-notícia adotados pela imprensa para esse público (PAIVA, V. & MADRUGA, A., 2010). No Brasil, a imprensa popular está intimamente ligada às grandes empresas de comunicação, que procuram expandir o número de consumidores explorando os leitores das classes C, D e E.

A visão de Renata Souza (2010:35) do jornalismo popular é de que "apesar de serem vendidos em bancas, possuem incontáveis anúncios destinados ao público de baixa renda e, além de tudo, serem caracterizados como baratos e de pouca paginação, é preciso ressaltar que o jornais populares não têm o sentido contra-hegemônico

tão característico da comunicação comunitária." A pesquisadora adiciona que uma das fortes características desse segmento é apelar para o sensacionalismo.

Utiliza-se de imagens chocantes através da super exposição da violência policial, para aumentar a venda. O sensacionalismo delineia então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular (SOUZA, 2011:35).

O jornalismo popular muitas vezes deixa de exercer sua função social, por sobrepôr o interesse público pelo interesse de um suposto leitor. Desse modo, utilizam-se textos curtos, muita prestação de serviços, entretenimento (com a divulgação de fofocas televisivas) e até distribuição de brindes. (SOUZA, 2011). Na tentativa de se aproximar do público de baixo poder aquisitivo, caracterizado pelo pouco hábito de leitura, os jornais viram grandes mercadorias e deixam de lado os princípios básicos do jornalismo.

Uma estratégia de sedução do público leitor de tal forma de jornalismo é a cobertura da inoperância do Poder Público, da vida das celebridades e do cotidiano das pessoas do povo. Por ter que se aproximar de uma camada de público com baixo poder aquisitivo e pouco hábito de leitura, frequentemente deixam o jornalismo de lado para simplesmente agradar ao leitor, em vez de buscar novos padrões de jornalismo que reforcem os compromissos sociais do jornalismo com a população de renda mais baixa.

O ponto de vista das temáticas abordadas pelos jornais populares é outro porque o lugar econômico, social e cultural do leitor é diferente do lugar do leitor dos jornais de referência (AMARAL, M., 2006).

Muitos jornais voltados ao consumidor de menor poder aquisitivo, surgiram após 1997. Mais recentemente, o Brasil acompanha uma tendência mundial de lançamento de jornais mais compactos no estilo do 20 minutos e o Metro na Espanha. A diferença dos jornais brasileiros para os espanhóis é que os nossos veículos não são gratuitos e pretendem alcançar um público mais popular. No Rio de Janeiro, três tablóides surgiram no final de 2005 e início de 2006: o Meia-Hora, o Q! e o Expresso da Informação. O Meia-Hora é ligado ao grupo O Dia, o Q! (já deixou de circular) foi idealizado por uma



empresária herdeira de O Dia e o Expresso da Informação é lançamento recente da Infloglobo (AMARAL, M., 2006).

Analisando os veículos tradicionais/populares existentes e maiores detentores de audiência, é percebida a necessidade de um jornalismo diferente, já que tanto a mídia de grande porte mais eleitizada quanto o jornalismo popular passam a monopolizar a versão pública sobre os fatos e sobre a verdade, e passam a restar poucas opções diferentes do espectro oferecido, que se corporifica como oficial. Segundo Paiva (2003:135) “a padronização do enfoque e a impregnação pelo consumo propiciam, no esgotamento das formas, também a perspectiva de opções até então alijadas. Este é o panorama que permite a inserção de novos atores informativos e novas propostas comunicacionais.”

E então, após a análise da produção veiculada pelos *mass media*, o morador da favela percebe, através de uma leitura crítica do conteúdo passado pelos veículos existentes, que estes não se relacionam com sua vida cotidiana, e surge a necessidade da implantação de um veículo comunitário.

## **4. A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO**

O surgimento das favelas mantém relação com a extinção dos cortiços existentes na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Na época, a população em cortiços da cidade, era de 100 mil habitantes, número do qual muito teria contribuído a recente abolição da escravidão. Isso representava 18% da população da época, que contabilizava 552.651 mil habitantes. (MAGALHÃES, 2013). Hoje, no Rio de Janeiro, a porcentagem de moradores de favelas, é de 22% (CENSO IBGE, 2010).

### **4.1 Favela como resistência/sobrevivência**

O "Cabeça de Porco", mais conhecido dos cortiços cariocas, destruído apoteoticamente em 1893 (VAZ apud MAGALHÃES, 2013) seria uma espécie de germe das primeiras favelas, dotado de características que posteriormente viriam a ser utilizadas para identificar as favelas, dentre elas a ausência de uma seqüência uniforme de casas e "uma mistura de um grande número de térreos, sobrados, correres de casas, casebres e puxados que abrigavam moradia e trabalho" (VAZ apud MAGALHÃES, 2013:30).

Logo após a destruição do Cabeça de Porco, que se situava exatamente no sopé desse morro da providência, um de seus proprietários, donos também de terrenos de encosta, autorizou a ocupação da mesma, cobrando os antigos inquilinos o direito de ali construírem casebres (ABREU apud MAGALHÃES, 2013:31).

Os primeiros casebres em morros da cidade possuíam grande semelhança com os cortiços, porque a definição oficial inclui a conotação de adensamento, ilegalidade, pobreza, insalubridade e desordem.

A ocupação dos morros se dava através do "aluguel de chão", que significa a invasão consentida pelo proprietário, de terrenos não parcelados legalmente, no qual permite que o locatário construa sua moradia diante a um contrato que é puramente verbal (MAGALHÃES, 2013:31).

Já na última década do século XIX, em 1897, surgiram as favelas nos morros da Providência e de Santo Antônio, na área central da cidade. A cidade do Rio de Janeiro tinha problemas seríssimos de falta de moradia e ainda assim não parava de crescer.

Entre 1903 e 1906, o Prefeito Pereira Passos promoveu uma intensa reforma

urbana, na qual foram demolidos vários imóveis (grande parte deles de habitação popular) para ampliação de vias e construção de “prédios modernos”, muitos deles de inspiração parisiense. Além disso, o prefeito impôs novas e rigorosas normas urbanísticas que acabaram por inviabilizar inclusive os subúrbios para as classes mais pobres que foram desalojadas da área central da cidade. Para complicar ainda mais, os meios de transporte eram precários, obrigando a força de trabalho a residir próximo ao local de trabalho (FERREIRA, 2009).

A partir da década de 1910, as favelas crescem mais intensamente e penetram a zona sul e o seu crescimento é acompanhado, nessa mesma década, pela sua repressão. A maior parte das remoções não obteve sucesso, pois os moradores eram alocados em locais muito distantes de seus ambiente de trabalho e sem infra-estrutura de transportes.

A ocupação da cidade continuou seguindo o caminho traçado já no início desse mesmo século: o declínio da população residente na área central era cada vez maior e enquanto os subúrbios absorviam as classes mais baixas da população, a zona sul manteve-se como área preferida da classe mais abastada da cidade. Durante a primeira metade do século XX a cidade se expandiu e em seu interior as favelas foram sendo criadas. Era possível observar um crescimento vertical no centro e na zona sul, enquanto que nos bairros da zona norte e dos subúrbios a expansão deu-se através da construção horizontal, principalmente de casas unifamiliares (FERREIRA, 2009).<sup>8</sup>

A seguir, abordarei a formação das favelas da Maré e Cidade Deus, locais onde pertencem os objetos de estudo do presente trabalho. A escolha dos locais se deu primeiramente pela minha familiaridade com os mesmos, devido a outros trabalhos da faculdade e reportagens que fiz na Maré e Cidade Deus, que possibilitaram em mim o reconhecimento do potencial de ambos os territórios em articulação de projetos sociais impactantes e também por conhecer quatro importantes fontes que atuam ou já atuaram nos veículos que são os objetos de estudo da minha monografia: Minha co-orientadora Renata Souza, moradora da Maré, já foi coordenadora do Cidadão e fez sua dissertação de mestrado sobre os 10 anos do jornal; Thaís Cavalcante, atual repórter e coordenadora do Cidadão, moradora da Maré e correspondente comunitária do Viva Favela, onde eu trabalhei até o início do mês de junho desse ano (2015); Valéria Barbosa e Cilene Vieira, moradoras da Cidade de Deus que são colaboradoras desde o princípio do jornal A Notícia por quem vive, que eu havia conhecido através da pesquisa de iniciação

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm>, acesso em: 20 de junho de 2015.

científica feita em 2013 dentro do LECC UFRJ junto com a Milla Mascarin sobre a representação da perifeira na mídia, sendo que com a Valéria depois fiz a reportagem e o roteiro de um curta, pelo Viva Favela, com o seu perfil, intitulado “Valéria: arte e ação social na Cidade de Deus”.<sup>9</sup>

## **4.2 A Favela da Maré**

O ano em que se iniciou a ocupação da favela hoje conhecida como Favela da Maré data de 1940, quando algumas pessoas, que procuravam moradia barata escolheram a Baía de Guanabara e os manguezais que formavam a paisagem primitiva da Maré como cenário para construir as primeiras casas a partir do material que a própria Maré trazia como paus, latas e papelão. Ocupada por barracos e palafitas, teve os manguezais progressivamente aterrados pela população ou pelo poder público. (A MARÉ QUE QUEREMOS, 2010). Segundo o Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré, terceiro resultado do CENSO Maré, o Complexo de Favelas contém uma população de 140 mil pessoas, em média.

A maioria dos primeiros moradores da Maré era de origem muito humilde e dos mais variados cantos do país e do Rio de Janeiro, o que lhe confere ainda hoje uma variedade cultural e uma miscigenação extraordinária. A maioria vinha do nordeste, do interior do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A região localizada hoje entre as três principais vias da cidade, ou seja, Linhas Vermelha e Amarela e Av. Brasil, fora habitada desde tempos remotos pelos índios e nos séculos XVIII e XIX seus portos serviam para o transporte de pessoas e de um intenso comércio entre os distantes subúrbios e o centro da cidade (A MARÉ QUE QUEREMOS, 2010).

A construção da Av. Brasil, em 1946, foi importante para os novos moradores que chegavam à Maré, pois ela oferecia oportunidade de trabalho, principalmente de a mão-de-obra não-qualificada que seria aproveitada para construção civil, além de atrair efetivamente várias indústrias para a região. O nome tem origem no fenômeno natural das marés que causava grande sofrimento aos moradores da localidade, a maioria vivendo em palafitas.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9HURPcXv8Y>, acessado em: 20 de junho de 2015.

O início da ocupação populacional da Maré se deu com as comunidades de Parque Maré, Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro. Na década de 1950 surgiram Parque Rubens Vaz e Parque União, seguidas da Nova Holanda – originada do Centro de Habitação Provisória criado para abrigar temporariamente famílias removidas de outras favelas cariocas, na década de 1960. Foi nesta época que os primeiros moradores se estabeleceram no que é hoje o Morro do Timbau – único local seco da Maré, já que toda a área era um imenso manguezal.<sup>10</sup>

A Maré continua sofrendo transformações durante a ditadura militar e, em 1979, é anunciada a construção de conjuntos habitacionais para transferir famílias que seriam removidas de favelas da cidade. É neste momento que surge a Vila do João, no âmbito do Programa Morar (Pro-Morar), para remoção de famílias residentes em palafitas.

Associações de moradores foram fundadas e tiveram muita importância no processo de organização das favelas. As primeiras, da Maré, apareceram em 1954 e, aos poucos, conseguiram garantir serviços como distribuição de água, eletricidade, esgoto, pavimentação e coleta de lixo. Ao longo dos anos, várias associações surgiram e lutaram por diferentes causas, entre elas o direito de permanecer nas terras ocupadas. (SOUZA, 2011).

Em 1990 mais dois conjuntos habitacionais são criados em áreas aterradas de manguezal, para abrigar famílias removidas de lugares classificados como “áreas de risco” (encostas de morros, margens inundáveis de rios) e moradores de rua e para famílias que ainda habitavam em palafitas na Maré. Surgem assim comunidades Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Roquete Pinto.

Por fim, em 2000, é construído o conjunto Salsa e Merengue. Mais uma vez, famílias de lugares distintos e distantes foram levadas para reconstituir sua vida neste complexo arquipélago de favelas. (O Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré, 2014).

O bairro Maré foi criado em 19 de janeiro de 1994. Hoje congrega aproximadamente 16 microbairros, usualmente chamados de comunidades, que se espalham por 800 mil metros quadrados próximos à Avenida Brasil.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://redesdamare.org.br/blog/a-mare/a-historia-da-mare/>, acessado em: 06 de maio de 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://soulbrasileiro.com.br/main/rio-de-janeiro/favelas/complexo-da-mare/complexo-da-mare/>, acessado em: 16 de maio de 2015.

As palafitas que serviram de morada para centenas de famílias ainda estão nas lembranças da Maré, assim como as memórias de lutas pela permanência de suas moradas diante das tentativas de remoção por parte do Estado, nos anos 1960 e 1970. A luta da população contra as imensas adversidades e a capacidade desses de organizar são marcantes na história de vida e resistência dos moradores da Maré.

Atualmente, a Maré encontra-se cercada por um muro formado por Painéis de Animação Cultural e Proteção, a partir de uma concessão municipal desde 2010. São mais de 7 km preenchidos por painéis de acrílico que, segundo a concessionária Linha Amarela S.A. (Lamsa), promovem inclusão social ao exibir ilustrações de moradores de 21 favelas que margeiam as duas linhas.<sup>12</sup>

Embora autoridades aleguem que o objetivo do muro, além da inclusão social, é dar segurança e servir como barreira acústica, o fato do muro percorrer uma parte do caminho para o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) e as vias expressas das comitivas onde passaram os comitês dos países participantes da copa e passarão os das olimpíadas leva a sensação, não só para os moradores mas também para os transeuntes da cidade, que a intenção por trás dessa estrutura, que custou 20 milhões, é esconder o Complexo da Maré de quem chega na cidade.

Tal impressão é confirmada na pesquisa “Os muros do invisível”, realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares da Redes de Desenvolvimento da Maré, em parceria com Observatório de Favelas e ActionAid, que revelou que 73% dos moradores do bairro acreditam que o muro foi construído para esconder a favela e isolar ainda mais a comunidade do restante da cidade.

A Maré é identificada pelo imaginário social como o território do medo, do perigo iminente e da miséria crescente. Quem passa pela Linha Vermelha, pode identificá-la no trajeto, como um corredor revestido de estruturas de acrílico, placas de aço e muros de concreto. Como se não bastasse torná-la invisível politicamente, agora a estratégia do Estado é isolá-la fisicamente do restante da cidade. (...) Segregar a comunidade com um muro de concreto é mais do que estratégico para torná-la invisível aos olhos dos visitantes internacionais (SOUZA, 2011:17).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.vivafavela.com.br/reportagens/501-o-muro-da-discordia/vivafavela>, acessado em: 16 de maio de 2015.

Fruto do descaso do poder público, as entidades não-governamentais são decisivas para tentar orientar projetos que viabilizem políticas públicas de inclusão social na Maré. É assim que surge o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), em 1998, com a principal proposta pedagógica de inserir jovens das favelas em universidades, por meio do curso pré-vestibular comunitário. A ONG é a responsável pela criação do jornal comunitário O Cidadão, um dos objetos de estudo dessa pesquisa. Outras organizações atuam forte na comunidade, como o Observatório de Favelas, a Redes da Maré, o Centro de Referência de Mulheres da Maré e a Escola de Fotógrafos Populares da Maré.

No campo da segurança pública, o conjunto de Favelas da Maré está ocupado, desde abril de 2014, por militares do Exército, que vêm sendo substituídos, desde abril de 2015, por policiais militares do 22º BPM (Maré), para a instalação da 39ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que será composta por quatro bases. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, as bases serão instaladas, até julho de 2015, nas seguintes comunidades: Praia da Ramos/ Roquette Pinto; Nova Holanda/ Parque União; outra será responsável pela Baixa do Sapateiro/ Timbau. A última ficará a cargo da Vila do João e da Vila dos Pinheiros.

A Força de Pacificação do Exército começou a ocupar o Conjunto de Favelas da Maré no dia 30 de março de 2014. Cinco dias depois, durante a operação "São Francisco" militares em blindados do Exército e da Marinha realizaram a ocupação das 15 favelas que compõem o Complexo. Segundo balanço divulgado pela Secretaria de Estado de Segurança no dia 04 de abril de 2014, 16 pessoas morreram em 15 dias de operações no território.

#### **4.3 A Cidade de Deus**

A Cidade de Deus foi construída em 1960 pelo governo do então estado da Guanabara Carlos Lacerda, (1960 a 1965), como parte da política de remoção de favelas de outras áreas da cidade. Durante a década de 60, muitas favelas da Zona Sul carioca foram removidas.

Era uma antítese social: aquelas comunidades carentes instaladas em uma área nobre, formando o centro de um colar de situações tão extremistas. Era uma visão que incomodava e deixava um Estado frente à sua miséria e exigências, planejando meios para modificar esta situação. A opção seria transferir esta comunidade do seu lugar. (...) Assim começou a remoção das famílias. Elas serviam para atender aos interesses dos patrões zona sul, não para morar. (BARBOSA, 2012a: 94).

Uma das fundadoras e repórteres do jornal comunitário da Cidade de Deus A Notícia por quem vive, que é um dos objetos de estudo desse trabalho que voz escrevo, é Valéria Barbosa, antiga moradora da Praia do Pinto que migrou para a Cidade de Deus. Na madrugada do dia 11 de maio de 1969, ocorreu um incêndio nos barracos da Praia do Pinto, cujas causas nunca foram esclarecidas, e as famílias foram levadas a seus novos destinos por meio de um caminhão de lixo. Os moradores do antigo local, como Barbosa, julgam o incêndio como criminoso, iniciado a mando dos governantes da época, em plena ditadura militar, fato que acelerou a mudança das famílias que ainda residiam da Praia do Pinto. O incêndio ocorreu em um período de grande tensão, com resistência de moradores, prisão de líderes comunitários e remoções em outras favelas da cidade.

O desastre destruiu cerca de mil barracos deixou mais de 9 mil pessoas desabrigadas. As vítimas sobreviventes foram transferidas para os conjuntos habitacionais da Cidade Alta, Cidade de Deus, Cordovil e para abrigos provisórios da Fundação Leão XIII.<sup>13</sup>

Em seu livro "Coração preso na cômoda da incomodada vida", Barbosa conta como foi a mudança da favela do Leblon para a comunidade da Zona Oeste.

No final dos anos 1960,(...), em um ponto da zona sul, há uma favela em chamas, caminhões da COMLURB esperando, a vida e seus anseios ficando pra trás, e girando dentro de vários corações. (...) Uma tribo inteiro com sua cultura, com seu jeito próprio de encarar os dias é removida.(...) E dentro de cada caminhão, vidas embaladas em lençóis: e dentro dos corações, os embalos não são de panos e sim de lamentos. (BARBOSA, 2012b:121).

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1530>, acessado em 09 de maio de 2015.



A autora afirma ter sido uma transferência criminosa, cuja visão não futurista criou o estado caótico da violência nos dias atuais. “Os cariocas mais velhos (...) jamais se esqueceram do horror, das chamas, dos gritos, do choro das crianças e da brutalidade com que foram tratadas estas pessoas.” (BARBOSA, 2012b:12).

Na década de 1980, o bairro Cidade de Deus já tinha ex-moradores de 63 favelas do Rio de Janeiro. Cerca de 70% dessa população vinha das favelas Praia do Pinto, Parque da Gávea, Ilha das Dragas, Parque do Leblon, Catacumba e Rocinha.<sup>14</sup>

A CEHAB, órgão do governo, coordenava os planos de moradia distribuídos por faixa salarial ou por escolha do morador, que dividiu a Cidade de Deus em três faixas de moradia: edifícios, casas, e casas do tipo triagem e vagões. As travessas são divididas por quadras e cada travessa tem um nome bíblico como referência (BARBOSA, 2012a). Durante sua história, muitas enchentes foram agressivas com o território e as famílias da Cidade de Deus. Cada enchente que havia, como a trágica de 1996, deixava muitos desabrigados e muitas lágrimas pela comunidade. Barbosa (2007) afirma que a Cidade de Deus percebia, já na normalidade pós enchentes, várias comunidades que mesclavam-se nas escolas e abrigos. E então, outros bairros assolados pelas enchentes passavam a fazer parte da comunidade, fazendo-se necessário o planejamento de novas estratégias para acomodação.

A Cidade de Deus é, além do somatório de culturas, o fruto plantado, desde sua fundação, por mãos governamentais. É vista como violenta, mas na verdade, é a rebeldia dos anos 1970 gritando aos estudiosos, operantes políticos, o desbravar de uma má reurbanização. (BARBOSA, 2012a:134).

A comunidade Cidade de Deus pertencia ao bairro de Jacarepaguá, mas por decreto municipal, foi desmembrada e tornou-se oficialmente o bairro Cidade de Deus, em 1998.<sup>15</sup> Faz limite com os bairros Jacarepaguá, Gardênia Azul, Freguesia e Taquara, com uma população de 36.525 pessoas (CENSO IBGE 2010).

A partir de 2003, vários processos confluíram, constituindo novas condições de organização e articulação tendo em vista a transformação da realidade da Cidade de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.solosculturais.org.br/territorio/cidade-de-deus/>, acessado em: 05 de maio de 2015.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/531970cd51fba676032576ac00733860?OpenDocument>, acessado em: 30 de maio de 2015.

Deus. Após um processo intensivo de discussões, surgiu, naquele ano, o Comitê Comunitário da Cidade de Deus, que veio a reunir diferentes entidades locais tendo em vista superar o isolamento e as divisões que pautavam a atuação dessas organizações. Em 2009, a comunidade passou a ser atendida pela 2º UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) com um efetivo de 343 policiais, porém mesmo com a ocupação o tráfico ainda permanece na região.

Essa favela carioca é também representada por um produto cultural que se tornou muito conhecido nacional e internacionalmente: o filme Cidade de Deus, de 2002. O filme de Fernando Meirelles, baseado no livro de Paulo Lins, de mesmo nome, conta em forma de romance uma história sobre o tráfico de drogas na Cidade de Deus. A representação do território disseminada pelas telas do cinema, que foi inclusive indicada ao Oscar, incomodou seus moradores (MELO et al., 2013).

As cenas de violência são espetaculares e siderantes, com uma quantidade de assassinatos e violência marcantes. Vinganças pessoais, massacres estratégicos, violência gratuita, violência institucional, todos são encorajados a alimentar esse ciclo vicioso. A favela é mostrada de forma totalmente isolada do resto da cidade, como um território autônomo (BENTES apud MELO et al., 2013).

Como respostas ao filme são apresentadas algumas iniciativas, como o Comitê Comunitário da Cidade de Deus, criado em 2003 com a finalidade de promover uma maior integração entre as instituições da comunidade, e buscar em parceria com outras iniciativas mais investimentos para a região. Outra ação foi o lançamento Plano de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, construído, na mesma época, em conjunto pelas instituições.

## **5. EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

Quando um determinado grupo social se articula e age politicamente para se constituir como comunidade, o que se vislumbra é a possibilidade de “construção” de uma “sociabilidade possível” e compatível com as características específicas desse grupo, desde que procurando romper com as condições de alienação impostas pela lógica mercantilista e massificadora que impera na forma como as relações sociais se configuram numa sociedade capitalista (MIANI, 2011:226).

As características e determinações dessa sociabilidade seriam aquelas que pudessem proporcionar uma aproximação entre os envolvidos a ponto de desenvolver um sentimento de pertencimento e que estivessem voltadas para o estabelecimento de novos valores ético-políticos.

### **5.1 O Jornal “O Cidadão”, no Conjunto de Favelas da Maré**

O Jornal Cidadão é um Projeto do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que nasceu há 15 anos como um instrumento de comunicação comunitária para todas as 16 favelas que formam o Conjunto de Favelas da Maré, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. O nome faz referência ao maior jornal da cidade de Caravelas, no extremo sul da Bahia.

Como projeto de comunicação popular em um espaço cultural complexo como a Maré, o jornal O Cidadão já nasce com difíceis missões: integrar as 16 comunidades que formam o bairro, resgatar elementos dispersos da prática cotidiana dos moradores e que respondem por um sentido de identidade, divulgar e potencializar o trabalho das diversas instituições e movimentos sociais que atuam no cenário local, educar a população sobre a história da Maré e sua relação com o espaço político-cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, auxiliar os moradores na construção de uma visão crítica de mundo, transformar seus leitores em agentes ativos e participantes da dinâmica comunicativa criada pelo jornal (ESTEVES apud SOUZA, 2011:70).

O Jornal possui mais de 60 edições impressas, e o número de páginas de cada publicação é 24. É composto por diversas seções: Artigo, Cidadania, Cultura, Geral, Entrevista, Comunicação, Perfil, Musical, Rascunho, Esporte, a Matéria de Capa, que é a principal, com quatro páginas e Memória. A matéria principal é feita sempre pelo editor do jornal, Eliano Félix e, ao final, passa pela aprovação de todos da equipe. O Rascunho contém poemas, dicas da vovó e uma nota institucional sobre o CEASM.

Com a tiragem de 20.000 exemplares por edição, o jornal é distribuído gratuitamente nas escolas, nas organizações governamentais e não-governamentais, nas associações de moradores, nas organizações sociais e nas principais ruas de do Complexo de Favelas da Maré.

A ONG Ceasm, idealizadora do jornal O Cidadão, foi inaugurada em 1998, no Morro do Timbau, por moradores e ex-moradores que se notabilizaram por uma trajetória marcada pela mobilização social e pelo ingresso ao ensino superior. O questionamento sobre o acesso restrito de jovens pobres à universidade fez com que o grupo voltasse seus esforços para a implementação do Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV). Com o alto percentual de aprovação no vestibular das principais universidades públicas, o Ceasm demonstrou sua relevância sociopedagógica e deu visibilidade à Maré (SOUZA, 2011).

## **5.2 Visita ao Jornal da Maré**

Visitei a sede do Jornal O Cidadão em 09 de maio de 2015, em um sábado. Saltei do Ônibus 665 na plataforma oito da avenida Brasil e entrei pela Rua Nova Jerusalém, subindo a rua do Morro do Timbau, onde, através de informações passadas pelos Moradores, segui em frente, passando pela Editora Ediouro- como me informado- até chegar no CEASM, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, onde são realizadas as reuniões do Cidadão. Além da reunião, que ocorre sempre aos sábados, conteúdos e informações são trocadas por grupos de email, facebook e whatsapp. Fui recebida por três repórteres do jornal pela Thaís Cavalcante, repórter e coordenadora atual do projeto, além de mais duas repórteres: Carolina Vaz e Diana Osório. Na parede, cartazes e fotos que mostravam engajamento e o viés social do Cidadão, dois continham os dizeres: “Para você que acordou, a favela nunca dormiu”, e “Liberdade para as mídias populares e comunitárias”. A Thaís lembrou que todos estes haviam sido usados em manifestações.

A reunião estava fechando as pautas da edição 68 do Jornal. A 67 estava já com as matérias prontas, aguardando a impressão. Não há número certo de edições por ano, nem prazo definido para ficar pronto o jornal, já que o processo é todo colaborativo. A impressão é feita pela Editora Ediouro, bem próxima ao CEASM, gratuitamente.

A jornalista responsável pelo jornal é a Gizele Martins. A coordenadora é a Thaís Cavalcante, o editor é o Eliano Félix. Pamella Magno faz a Administração elabora os projetos do jornal. A revisão fica por conta de Léo Custódio, Conrad Rose e Sarah Nery. A equipe de reportagem é formada por: Jamie Duncan, Daniel Machado, Valdirene Militão, Eliano Félix, Thaís Cavalcante, Gizele Martins e Tati Alvarenga. A diagramação, assim como as charges, ficam por conta de José Henrique (Jhenri) e o Projeto Gráfico de Arthur Romeu e Evlen Lauer.

Houve um gradual processo de amadurecimento da equipe para inserir o tema violência no jornal. A primeira experiência foi em 2006 quando o jornal expõe em sua capa o Caveirão. Um dos marcos nesse caminho de mudança da linha editorial foi o assassinato do menino Matheus<sup>16</sup>. Na ocasião, uma das edições do jornal estava em processo de fechamento. Nessa ocasião, foi decidido pela equipe derrubar uma matéria que já estava pronta para publicar um artigo sobre o assunto com destaque para a ação criminalizadora da política de segurança voltada para as favelas. Foi decidido por parte da equipe assinar o artigo pelo O Cidadão e não pelos nomes dos repórteres. Tal atitude gerou desconforto no restante da equipe, que discordava da linha editorial apresentada pelo artigo. “Também foi posto em xeque o fato de O Cidadão publicar algo tão violento e que este não era o seu papel, que sua função era divulgar as coisas boas da Maré, o que rendeu outra discussão sobre o perfil do jornal comunitário” (SOUZA, 2011). Após esse caso, outros episódios próximos aconteciam a todo momento no cotidiano dos moradores da Maré. Antes, as matérias tinham como gancho e temática principal a identidade do morador. Nessa época, inclusive, o termo mareense foi ‘inventado’, na ideia de fazer com que os moradores se sentissem parte da favela. (SOUZA, 2011). Em 2010, por fim, a linha editorial que passou a nortear o veículo comunitário foram os direitos humanos. Isso resultou num jornal que, embora ainda preocupado com a identidade do morador, também é mais engajado e mais ativo socialmente, que vai além dos pontos positivos da favela. Segundo PAIVA (2003:14),

---

<sup>16</sup> No dia 04 de dezembro de 2008, Matheus Rodrigues, de oito anos, foi assassinado na Baixa do Sapateiro, Conjunto de Favelas da Maré. Matheus estava saindo de casa para comprar pão, mas nem ao menos conseguiu descer as escadas de sua casa, pois sua vida foi interrompida por um tiro de fuzil que saiu da arma de um policial militar que fazia ronda no local. Foram inúmeras as manifestações na época. Uma delas foi no dia 05 de dezembro de 2008, no dia do enterro. Moradores, familiares inconformados levaram cartazes protestando o descaso, a falta de políticas públicas de segurança pública do Rio de Janeiro, outros vestiram a camisa do “Movimento Pela Vida Contra o Extermínio”. Acessado em: <https://www.facebook.com/jornalocidadao.comcom/posts/391985284238393> , publicado em 28 de novembro de 2013, acessado em: 25 de maio de 2015.

“o que permite conceituar um veículo como comunitário não sua capacidade de prestação de serviço, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício de cidadania.”.

A linha editorial baseada na identidade do morador focava mais nos aspectos positivos existentes nas favelas da Maré, com o objetivo inicial de atrair o morador, para estes se identificarem. Após a inserção do tema Direitos Humanos na linha editorial, a equipe acabou se dividindo. O assassinato determinou a mudança, para tratarem também de assuntos mais pesados e sérios. Muita gente saiu. O jornal ficou quase dois anos sem circular após o racha da equipe, pois sobraram poucos integrantes. Em 2012, para atrair mais colaboradores, os participantes que continuaram promoveram o I Curso de Comunicação Comunitária do Cidadão, de junho a outubro. Com o próprio dinheiro eles fizeram a divulgação, pagaram o lanche dos participantes e conseguiram, com a parceria de professores universitários, realizar o curso. Thaís Cavalcante, repórter do Cidadão de 20 anos e moradora da Maré, entrou depois de fazer a primeira edição do curso e já está há quatro anos no jornal. “Antes de conhecer as técnicas de jornalismo, aprendi que a voz do governador já existe em todas as mídias, TV, internet, jornal impresso, jornalismo internacional. A gente pergunta e entra em contato com as vozes oficiais, mas todos já sabem o que vai ser dito e não podemos parecer hipócritas e reproduzir só isso também. O morador é o centro, voz principal, não o governo, não a polícia. Eu mudei completamente depois que fiz o curso, comecei a ver a favela de outra forma” <sup>17</sup>. Na terceira edição do curso, em 2014, teve pouca divulgação e menos pessoas frequentando as aulas, devido aos constantes conflitos e violência do período.

Em 2016 acontecerá a quarta edição do curso, graças ao edital de Ações Locais, 450 anos do Rio, que contemplou o Cidadão. Com boa divulgação, sempre com professores de universidade e ativistas que vem fazer o trabalho voluntário. No curso são ensinados os princípios básicos da comunicação comunitária e popular, com aulas técnicas de produção de matérias, análise de conteúdo da mídia comercial, tipo de linguagem abordada, noções críticas e de direitos humanos. Além disso, locais importantes para a Maré são visitados e estudados, como centros de artes, ONG's e o Museu da Maré.

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada no dia 09 de maio de 2015 pela autora com Thaís Cavalcante, repórter e atual coordenadora do jornal O Cidadão.

Além do prazo da matéria, que deve ser cumprido pelos comunicadores, há ainda o processo de diagramação, revisão e impressão. O prazo total estipulado teoricamente, de dois em dois meses, acaba não funcionando, passando, já que todo o processo é colaborativo, o que flexibiliza um pouco o tempo de produção. A equipe atualmente é responsável pela página do facebook, pelo site e pelo Jornal. Há coberturas mais factuais que saem no site, e avisos em tempo real no facebook.

Quando o assunto é violência, a equipe procura não dar “nome aos bois”. Nem dar a visão de policial, nem indicar quem são ou o que fizeram os traficantes, já que são seus vizinhos, e isso seria perigoso. Neste caso, a crítica é feita ao modelo de segurança pública implementado nas favelas, para preservarem suas vidas e também não ser repetitivo tratando do que sempre aparece na mídia comercial. “Não queremos parecer hipócritas para os moradores. A posição e opinião do Cidadão é sempre bem clara e parcial.”<sup>18</sup> Souza (2011:88), complementa tal pensamento acerca do veículo, dizendo que o projeto editorial do Cidadão classifica a imparcialidade como uma grande falácia. “O motor de toda a sua história é a qualificada parcialidade, já que está ao lado dos mareenses, dos moradores de favelas, daqueles que não têm voz e que não se veem representados pela mídia dominante”.

Uma preocupação presente na discussão das futuras pautas também foi a de variar as favelas da Maré, não ficar só na Nova Holanda, Baixa e as outras favelas que ficam em volta do Morro do Timbau e são normalmente mais pautadas.

Uma matéria discutida na reunião para ser pautada para a edição 68 dizia respeito ao transporte irregular das vans, que afeta os condutores que se arriscam trabalhando na clandestinidade para continuar sustentando a si próprio e família. Mas como a prefeitura ainda não demonstra qualquer intenção de regularizar tal transporte, houve um empecilho. Como tratar de tais personagens sem os prejudicar, já que estes sobrevivem na ilegalidade e com a publicação, ganhariam mais evidência? A partir de uma possível publicação, guardas municipais vão ver que o trabalho está sendo vigiado por olheiros. Depois da discussão, a equipe pensou em fazer uma matéria pautada na dificuldade do transporte, sem salientar que ainda sim tais veículos circulem. Essa característica de preocupação com os trabalhadores, que são vizinhos dos comunicadores, é ressaltado por Raquel Paiva como um diferencial: “o que nesse caso

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada no dia 09 de maio de 2015 pela autora com Thaís Cavalcante, repórter e atual coordenadora do jornal O Cidadão.

funcionaria como diferenciador é a vinculação que a comunidade possui com o veículo. Vinculação, comprometimento e total na gestão do sistema adotado: quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão a representatividade e reconhecimento como veículo comunitário ( PAIVA, 2003: 137).

Na reunião, as repórteres sugeriram pautas para as seções propostas no Cidadão, incluindo projetos culturais na Lona Cultural da Maré, o perfil de uma senhora do Piscinão de Ramos, o Saneamento Básico prometido pelo governo até 2015 e a Nave do conhecimento também prometida pra maré, que ainda não fora feita.

Também são trabalhados nas pautas do Jornal os temas em destaque na cidade/país/mundo, de forma sempre relacionada com a identidade do morador mareense. No artigo da edição 68, por exemplo, que ainda está sendo produzida, o tema é a redução da maioridade penal, assunto em voga no momento do país, já que a PEC 171/93, que reduz a imputação penal de 18 para 16 anos, foi aprovada em 31 de março de 2015 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, criando uma comissão especial para discutir a redução da maioridade penal no país, faltando passar por mais 40 sessões do colegiado até se chegar à votação final.

A matéria de capa e principal da edição 67 será sobre o genocídio do jovem negro, atrelado a atual ocupação da Maré pela Polícia Militar, junto à saída dos soldados do Exército que até então estavam presentes nas comunidades.

O título da matéria principal da Edição 65<sup>19</sup> do Jornal é Megaeventos e Remoções: O que acontece com quem vive no caminho da Copa e das Olimpíadas. Na matéria, são citados os casos das favelas que, por ocuparem lugares visados por causa da especulação imobiliária pré Copa do Mundo e Olimpíadas, tiveram parte de famílias removidas para locais distantes, como foi o caso da Favela da Providência, a Vila Autódromo, Favela de Mandacaru, na Maré. Ao todo, somando as famílias já despejadas com as ameaçadas, foram 10.000 famílias impactadas. Além das remoções, grandes obras como teleféricos foram instalados em favelas como Alemão e Providência de maneira autoritária sem saber da opinião dos moradores, visando apenas os interesses turísticos. Ainda na matéria são citadas as manifestações que tomaram

---

<sup>19</sup> Disponível em: [http://issuu.com/cidadaodamare2013/docs/cidad\\_o\\_65\\_mod](http://issuu.com/cidadaodamare2013/docs/cidad_o_65_mod), acessado em: 29 de maio de 2014.



conta da cidade um ano antes da Copa do Mundo e a instalação das UPP's, como “cinturões de segurança” em época de grandes eventos na cidade.

O conteúdo das edições impressas do jornal atinge diversos públicos. Um morador analfabeto, por exemplo, é capaz de se apropriar de uma parte do conteúdo do Cidadão: as ilustrações, as fotos de lugares conhecidos. O mesmo acontece com um morador pós-graduando que pode acessar espaços de reflexão e informação sobre a Maré e outros espaços populares não disponíveis nos veículos de comunicação formais. Entre esses dois extremos, o jornal se desdobra em vários campos espaço-temporais de informação (ESTEVES apud SOUZA, 2011: 70).

Raquel Paiva, em seu livro “O Espírito do Comum”, afirma que um veículo comunitário deve valorizar a cultura local, fomentar a participação da população tanto em projetos urbanos como no próprio veículo, a promover a educação, que é uma das principais diretrizes, especialmente por se tratar de lugares onde o acesso às instituições formais de ensino ainda é bastante reduzido. Entretanto, é preciso enquadrar essa preocupação educacional no propósito de entendimento do próprio cotidiano e da capacidade de transformá-lo. Nesse âmbito, há o assunto sempre em voga no Jornal: a cultura herdada dos nordestinos e a folia do bloco carnavalesco Mataram Meu Gato, que se transformou em escola de samba. Desse modo, O Cidadão noticiou: “A história da Escola de Samba Gato de Bonsucesso se mistura com a própria história da Nova Holanda. Logo no começo da década de 60, quando moradores das favelas do Esqueleto e do Querosene foram transferidos para a comunidade, alguns foliões locais criaram a Escola de Samba Unidos da Nova Holanda. A agremiação existiu durante alguns anos. Tempos depois, alguns antigos integrantes da Escola resolveram formar, no final dos anos 60, um bloco com os amigos das rodas de samba que sempre se reuniam para brincar o carnaval. Assim surgia o Bloco de Carnaval Mataram o Meu Gato, que em 1974 foi inscrito na Federação de Blocos de Carnaval do Rio de Janeiro (O CIDADÃO apud SOUZA, 2011:99).

O carnaval mareense sempre mobilizou a comunidade e movimentou o jornal O Cidadão. Atualmente, a folia encontra contornos de contestação política com o surgimento do bloco Se Benze Que Dá, idealizado por jovens que buscam transpor as barreiras geográficas e imaginárias impostas pelo poder armado de facções em conflito.

O direito de ir e vir foi reivindicado no desfile de 2006, com o enredo “Mareense no mar” (SOUZA, 2011).

O principal desafio para a atividade do Jornal hoje é o da sustentabilidade e a periodicidade. Com a impressão feita em uma parceria pela Ediouro e pela necessidade de conciliar as disponibilidades dos participantes, o prazo de produção do jornal se flexibiliza e se estende mais do que o desejável em muitas ocasiões.

Hoje, a equipe vem realizando debates sobre Direitos Humanos, cursos de Comunicação Comunitária, além de oficinas e palestras em favelas e universidades do Rio. Nos anos de 2009 e 2010, o jornal da Maré ganhou reconhecimento nacional ao receber o Prêmio de Mídia Livre concedido pelo Ministério da Cultura. Em dezembro de 2009, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, presidida pelo deputado Marcelo Freixo, com a comenda Centenário Dom Helder Câmara de Direitos Humanos.

É importante mencionar também que há outro jornal comunitário de forte atuação nas favelas do Complexo da Maré, o Jornal Maré de Notícias, que surgiu em 2009 e possui tiragem de 40.000 exemplares.<sup>20</sup> Assim como o Cidadão, esse veículo nasceu de uma ONG, a Redes de Desenvolvimento da Maré, e foi construído a partir da ideia de que a opinião da comunidade deve ser fundamental na formação da direção das próximas publicações. A organização de base comunitária que executa o jornal é dedicada a projetos que promovem educação, cultura, emprego e o fim da violência.

### 5.3 Jornal “A Notícia por quem vive”, na Cidade de Deus

Comunicação Comunitária/É o simples exercício de dar voz/ Ao que é preciso ser dito  
Se escrito é mais bonito, é bem dito/ Mesmo se quem o diz/ As letras ainda não consegue juntar  
A Notícia Por quem Vive é apenas/ O exercício de deixar a Cidade de Deus falar  
Uns poucos, que aos poucos se multiplicarão/ É preciso mais bocas e mãos  
É preciso mais olhos nos becos, nas travessas e vielas para se tornarem avenidas.  
É preciso mais bocas e mãos/ É preciso mais olhos nos becos, nas travessas e vielas para e tornarem avenidas/É preciso comunicar o que a comunidade quer e vive por direito diário, testemunho do real.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://rioontonwatch.org.br/?p=12900>, acessado em: 15 de junho de 2015.

Linhas que ultrapassem um jornal./ Neste exercício se reúnem alguns faladores, colaboradores  
Esperando que chegue na pauta novos comunicadores/ E assim somente com a persistência e muita dedicação/ Abriremos a cada encontro uma fala ou um feito daquele representativo cidadão ( A Notícia por que Vive, 10ª edição, 2015).

Em 2008, um desdobramento da pesquisa de mestrado de Celso Alexandre Souza de Alvear, intitulada “A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus”, mapeou dezesseis organizações sociais (OSBCS) de base comunitária na Cidade de Deus (CDD), no objetivo de entender o relacionamento entre as organizações locais, e verificar de que forma ele influenciava no desenvolvimento local. Na dissertação, Alvear identificou que dificuldade para as OSBCS contribuírem para o desenvolvimento local acontecia pelo baixo volume de troca de informações entre as organizações sociais. Para solucionar tal problema, foi proposta a construção de um único Portal na internet, para integrar as organizações. É assim que nasce o projeto de extensão universitária :Portal Comunitário da Cidade de Deus; como ação da linha de pesquisa Tecnologias ds Informação para fins sociais (TIFS) , dentro do Núcleo de Solidariedade técnica (SOLTEC) da UFRJ(ALVEAR apud MELO et al., 2013).

No projeto, parte dos pesquisadores era de origem da Engenharia Eletrônica e Computação e parte era de origem da Comunicação. A conduta da Comunicação no projeto foi no sentido de identificar a demanda de formação na área pelos participantes. Em vista disso, foi organizado em 2010 um curso de extensão da UFRJ chamado “Análise crítica dos meios de comunicação”. Foram quatro meses com aulas aos sábados. Após os diplomas em mãos, os 15 participantes formados queriam dar continuidade ao curso praticamente, criando um jornal que mostrasse a Cidade de Deus através da visão do morador, de dentro. Daí nasce o Jornal “A notícia por quem vive”, que era o nome vulgarmente chamado ao curso pelos participantes (MELO et al., 2013).

Consideramos que a mídia comercial não nos representa, pois não conta uma história legítima do local onde vivemos. Isso porque muitas vezes, em nome da manutenção do estereótipo da “favela violenta”, personagens e histórias da CDD foram relegados ao segundo plano. O jornal comunitário passa a ser, então, uma ferramenta para que estas histórias sejam recontadas.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.catarse.me/pt/anoticiaporquemvive>, acessado em: 12 de junho de 2015.

A produção e edição de matérias para a primeira edição, ainda durante o curso, contou com a participação de dezesseis moradores, e foi financiada com recursos da Universidade. Após a distribuição da primeira edição, os moradores interessados e os pesquisadores do Soltec/UFRJ trabalharam em oficializar as características e objetivos do veículo, formulando um Regimento Interno. Dentre as propostas que o documento definia estão, por exemplo, a realização de matérias críticas, assim como sobre iniciativas culturais e educativas da comunidade e a valorização do idoso (Melo et al., 2013).

Recém lançado o jornal, a equipe se lançou na formulação de um projeto para concorrer ao edital do Ministério da Cultura Microprojetos para Territórios de Paz. O projeto foi aceito, mas houve uma demora na liberação de recursos, que seriam para a confecção de três edições, compra de equipamentos e cursos de capacitação. Por isso, a segunda edição saiu apenas em outubro de 2011. As atividades de capacitação ocorreram em janeiro e fevereiro de 2012: uma de fotografia e uma oficina de Escrita Criativa. Também houve outra atividade durante o ano: realizada em dois módulos, uma oficina de Trechos do Regimento Interno do jornal comunitário *A notícia por quem vive*.

As terceiras e quartas edições foram lançadas, respectivamente, em abril e junho de 2012. A quinta edição foi impressa com contribuição financeira de alguns parceiros, uma vez que o projeto do MinC havia acabado. No entanto, foi decidido que no início de 2013 seria feito um vídeo, com a produtora Vostok, parceira do Soltec/UFRJ, para uma campanha de captação de recursos na internet, no Cartarse,<sup>22</sup> a fim de conseguir um retorno para quem havia feito essas contribuições e arrecadar doações para as próximas edições. O custo do vídeo – que já era uma demanda do jornal – foi incluído na cota da campanha.

O número de exemplares impressos por edição é de 3.000, com 16 páginas cada. Não há quantidade certa de matérias, nem editorias fixas no periódico. O número de edições por ano varia de 3 a 4.

As reuniões para a discussão das pautas são sempre aos sábados, em média duas vezes por mês, na sede da Associação Semente da Vida da CDD (uma ONG local parceira do projeto). Além das colaboradoras moradoras da comunidade, como: Valéria

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.catarse.me/pt/anoticiaporquemvive>, acessado em 03 de junho de 2015.

Barbosa, Rosalina Brito, Maria Angélica Ponciano, Felipe Brum, Maria do Socorro de Melo Brandão, Cilene Vieira, Julcinara Vilela, Joana Campos, há ainda as bolsistas da UFRJ Camile Perissé, Isis Reis e Renata Melo, que acompanham todo o processo, das reuniões, discussões de pauta e fazem a revisão das matérias. O Jornal possui matérias disponibilizadas no Jornal online Boca no Mundo hospedado no site World Pulse.<sup>23</sup>

A equipe funciona através de uma troca horizontal, de forma democrática, sem hierarquias dentro do grupo e não há um editor específico no jornal.

Uma matéria chamou atenção na oitava edição do jornal, feita por Valéria Barbosa, intitulada “Cidade do Bem”. Ela trata da repercussão do filme “Cidade de Deus” no mundo, com uma imagem estigmatizada do local, que desagradou muitos que conheciam realmente a favela. Esse sentimento de desconforto atingiu também três cineastas, um português, um espanhol e um argentino, após frequentarem a comunidade e conhecerem as pessoas que lá vivem, e virem por fim, desconstruída a imagem que tinham daquele território, que era a emitida pelo filme. Eles então começaram a produzir um documentário na CDD, e entraram em contato com projetos e diferentes histórias de grandes personagens da Cidade de Deus, com os chamados mestres guardiões do local. O conceito de “mestre” possui ligação direta com o histórico da região, segundo Valéria Barbosa (uma das integrantes do jornal). Diante do sofrimento das primeiras famílias que migraram para a comunidade, ocorreu um interessante processo cultural: uma geração que foi criada sem a presença dos pais, que em sua maioria trabalhavam longe da comunidade (na Zona Sul do Rio) entrou em contato com uma região dominada pelo tráfico e com conflitos constantes, mas também com os chamados “Guardiões do local”, amigos e vizinhos mais velhos que se responsabilizaram pela educação de várias crianças (BARBOSA, 2012b).

#### **5.4 Visita ao Jornal da Cidade de Deus**

No dia 13 de junho de 2015, fui participar da reunião com os integrantes do Jornal A Notícia por quem vive, na Cidade de Deus. Fui com o 354, de Copacabana. Chegando lá, saltei na Edgar Werneck, virei em direção a Rua Salatiel e segui em

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.worldpulse.com/fr/community/users/valeria-barbosa-da-silva/contributions>, acessado em: 14 de junho de 2015.

direção à Praça do Ageu, onde está localizada a ASVI- Associação Semente e Vida, onde funcionam as reuniões da equipe.

Cheguei um pouco antes do horário combinado, 9h 30, e fui recebida pela Julcinara Vilela, uma das colaboradoras do jornal. Logo foram chegando outras integrantes, como a Valéria Barbosa, Cilene Vieira, Rosalina Britto, Lanna Vieira e as estudantes da UFRJ Camile Perissé, Isis Reis e Renata Melo.

Lanna, moradora da CDD, faz desenho industrial na UERJ e é a diagramadora do Jornal e se disse muito contente com o resultado do trabalho materializado, e, desde que ela entrou, mudou a identidade do jornal o deixando mais com a cara da Cidade de Deus, segundo as colaboradoras. Antes a diagramação era feita pelas alunas da UFRJ. As Charges e ilustrações dos jornais são feitas pela colaboradora Rosalina Brito, moradora da favela, e também ajudam a criar a identidade do jornal.

A impressão é feita na Gráfica do Jornal Filha Dirigida, e é a única atividade paga do jornal. Na mesa, algumas pilhas da décima edição do jornal que acabara de ser impresso, que totalizava os 3.000 exemplares. Além dos Próprios integrantes, amigos e grupos de cultura ajudam a distribuir o jornal na Cidade de Deus.

O encontro foi para trocar as impressões sobre o jornal pronto, dar sugestões sobre o trabalho e, principalmente, distribuir os exemplares pela favela. A presente edição do jornal teve apoio da Farmanguinhos, e, portanto, não foi preciso usar do dinheiro do Catarse.

A colaboradora Valéria Barbosa afirma que a parceria com as estudantes da UFRJ e o fato do jornal já ter servido de objeto para outras pesquisas acadêmicas dá segurança aos membros e os permite criar sem medo. Ela elogia também o apoio da Farmanguinhos, Laboratório Farmacêutico Federal, que acredita no potencial do jornal. Não é um trabalho fácil. Temos poucos recursos de equipamentos, contamos com o importante apoio da ASVI quanto a local para discutir pauta, organizar o jornal, trocar experiências. Contamos também com a disponibilidade dos participantes que chamamos de colaboradores.

O maior empecilho para o funcionamento do jornal é o preço da impressão. Hoje o Jornal se sustenta através do dinheiro da Campanha feita no Catarse em 2013 e do apoio da Farmanguinhos, que colabora com algumas edições. Mas, para os

colaboradores, fica a incógnita sobre o futuro, se haverá outro prêmio, outro edital ou futuras parcerias que ajudem com o custo do trabalho.

A Cidade de Deus, por ser uma miscelânea de comunidades, foi marcada, por um lado, pelo “caos” divulgado na grande mídia de violência e drogas, e, por outro, por uma efervescência de artistas de rua, “mestres do saber” e grupos de teatro, dança coral e poesia. As matérias sobre artistas, mestres locais e eventos culturais somam 32% do total de matérias do jornal.

Segundo Peruzzo, os meios de comunicação produzidos em favelas ou periferias por seus próprios moradores podem muitas vezes quebrar expectativas daqueles que têm olhares mais românticos, que esperam somente resistência política no conteúdo desses veículos. O veículo deve transmitir conteúdos que valorizem manifestações da cultura local (PERUZZO, 1998: 258). Essa cultura, da qual os membros da comunidade são protagonistas, não tem espaço, na maioria das vezes, em outros meios de comunicação.

No caso do jornal ANPQV, também há uma ênfase dada a projetos sociais locais, que faz parte do processo de construção do jornal, por ter partido de um Portal Comunitário gerido por organizações sociais levou a surgirem muitas ideias de pauta neste tema.

Os textos do jornal “A notícia por quem vive”, assim como no “Cidadão”, não pretendem esconder sua parcialidade, quando existente, e são elaborados a partir da linguagem cotidiana dos moradores, algumas vezes sem fazer uso de fontes ou informações oficiais. É interessante perceber esta quebra de paradigma, em que os moradores se permitem adotar uma outra linguagem, já que são os próprios produtores da comunicação e não precisam seguir as regras convencionais.

Frequentemente, no jornal ANPQV, as matérias utilizam verbos em primeira pessoa e opiniões pessoais, como visto no trecho da matéria da 10ª edição: “Você já pensou em adotar?”, de Cline Viveira: “A adoção ainda é um tabu. Porque independente da opção sexual de cada um, todos podem ser pai ou mãe de filhos biológicos ou do coração. Porque o amor é algo superior, que transforma o ser humano. Eu conheço o caso de pessoas que terminaram o relacionamento conjugal pelo fato de a mulher não poder gerar um filho ou um homem por ser estéril.” Esse trecho mostra claramente que as matérias do veículos têm uma linguagem mais pessoal e mostram um pouco das características dos colaboradores que a escrevem. O padrão neste jornal não é tão

engessado. As impressões de quem vive dão lugar às vozes oficiais, que são a base do jornalismo tradicional.



## 6. CONCLUSÃO

Através da análise e visita dos dois veículos que são objetos do meu trabalho, foi possível identificar e entender praticamente um pouco mais do estudado conceito de comunidade e comunicação comunitária.

Muitas semelhanças e algumas diferenças foram encontradas entre meus dois objetos de estudo. Curiosamente, em ambas as visitas me deparei apenas com integrantes mulheres. O perfil e faixa etária dos participantes dos veículos de comunicação estudados são bem distintos. No Cidadão, a maioria dos integrantes são jovens e têm o caráter mais ativista. Mesmo ambos se preocupando e valorizando muito os projetos locais, essa característica foi mais fortemente presenciada no Jornal da Cidade de Deus. Isso também está relacionado ao fato do jornal ter sido criado a partir de um portal comunitário que reunia as organizações sociais da comunidade. Em “ANPQV”, assuntos como violência urbana frequentemente são tratados, mas há maior divulgação dos aspectos positivos da comunidade, já que esses aspectos são invisíveis a Grande Mídia. O Cidadão se mostrou mais engajado e mais preocupado em debater questões críticas da sociedade, característica que se deu após a mudança da linha editorial explicada no subcapítulo sobre o jornal mareense.

Há uma diferença também de conceitos. No Cidadão, há repórteres. Em “A notícia por quem vive”, colaboradores, de acordo com suas próprias denominações. Ambos os jornais são preocupados com o bem comum e com o fortalecimento da comunidade. Em o “Cidadão”, há mais hierarquização e divisão dentro da equipe: há o editor, o coordenador, revisor, o responsável pela administração e eventos, os repórteres. Em A notícia por quem vive, há quem faz a diagramação e as charges, que são partes mais específicas do jornal, mas o resto são todos colaboradores, revisores, editores e as impressões são trocadas horizontalmente. Essa segmentação também é percebida no jornal: enquanto no da Maré há editorias específicas, no periódico da Cidade de Deus há mais liberdade de temas das matérias para cada edição.

Com a tiragem de 20.000 exemplares, O Cidadão alcança cerca de 14 % da população do Complexo de Favelas da Maré e Em a Notícia por quem vive, esse número é um pouco menor, representado cerca de 8% da população total estimada na

Cidade de Deus, embora esse número de leitores certamente seja maior, já que os jornais normalmente são lidos por mais de uma pessoa.

Ambos os jornais enfrentam os problemas de sustentabilidade e falta periodicidade. Para solucionar tais problemas, estão sempre em busca de editais de incentivo a cultura e projetos locais e contam com parcerias, como o caso da Ediouro, responsável pela impressão do Cidadão, no Morro do Timbau, e a Farmanguinhos, que financia algumas edições do A Notícia por quem vive e fica localizada na Estrada de Jacarepaguá, próximo a CDD. Por contarem com parcerias e não contarem com a dedicação exclusiva de seus integrantes, já que esses não ganham dinheiro em tais atividades e possuem outros afazeres em seu dia a dia, muitos atrasos surgem na produção das edições impressas dos jornais. Essa dificuldade de conciliar datas para a realização das reuniões, em prol da participação do número máximo de integrantes nas mesmas, foi percebida nos dois casos, onde as datas combinadas comigo para o encontro foram adiadas algumas vezes e confirmadas nas próprias semanas em que fui a tais locais de fato.

Em ambos os estudos e visitas foi notória a dedicação das pessoas e o desejo de movimentar-se para uma mudança positiva na sociedade. Por cada sábado acordando cedo e cada hora na semana dedicada ao exercício da comunicação comunitária como forma de pedir mais justiça diante de uma sociedade, como a brasileira, com um cruel monopólio nos meios de comunicação por parte de poucas famílias da elite que acabam por esvaziar as práticas comunitárias e fazer da mídia um espelho da desigualdade social vivida nesse país, ser comunicador comunitário e dar voz aos moradores da favela é um exercício de guerra, onde o interesse que está em jogo, nesse caso, é o bem comum.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia. *Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?* XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Setembro de 2006, Brasília- DF : Intercom, 2006.

AMARAL, Nemézio. *Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica*. In: PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano, (Org) *Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.

ATHAYDE, Celso. et al. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARBOSA, Valéria. *Coração Preso - Na cômoda da incomodada vida*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012a.

BARBOSA, Valéria. *Os Grandes Mestres Guardiões da Cidade de Deus: Fazedores de Destino*. Rio de Janeiro: Casa do Novo Autor, 2012b.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedito Vecchi Zygmunt*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEATO, Claudio. *A Mídia define as prioridades da Segurança Pública* In: Silvia Ramos e Anabela Paiva. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Ensaios sobre Literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANCLINI, Nestor G. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves; 3ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MALEBRA, João Paulo. *Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica*. In. PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano, (Org) *Comunidade e Contra-Hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.

MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação - habilitação em jornalismo – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

- MIANI, Rozinaldo A. *Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático*. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, 2011.
- PAIVA, Raquel. (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- PAIVA, Raquel. *Política de Minorias: Comunidade e Cidadania*, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Setembro de 2002, Salvador-BA: Intercom, 2002.
- PAIVA, Vanessa; MADRUGA, Alexandre, *O Crescimento do Jornalismo Popular e a Retração do Sensacionalismo no Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso dos Jornais Extra e Meia Hora*, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. Setembro de 2010 Caxias do Sul, RS. Intercom, 2010.
- PERUZZO, Cecília. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*, Universidade Metodista de São Paulo, 2003.
- PERUZZO, Cicília M.K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- SERRO, Rosane. *Comunicação Comunitária em Áreas de Risco Socioambiental: um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras. Tese de mestrado em Comunicação Social*. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*, Petrópolis: Vozes, 2006.

## **WEBSITES**

### **Observatório de Favelas**

<http://observatoriodefavelas.org.br/>

### **Redes da Maré**

<http://www.redesdamare.org.br/>

### **Revista Espacios**

<http://www.revistaespacios.com/>

### **Soul Brasileiro**

<http://soulbrasileiro.com.br/>

### **Universidad de Barcelona**

<http://www.ub.edu/>

### **Viva Favela**

[www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)

### **Youtube**

<https://www.youtube.com/>

## 8. APÊNDICE A

Fotos da Visita ao Jornal O Cidadão no dia 09 de maio de 2015.



Edição 66 do Cidadão que estava na mesa do CEASM.



Cartaz com uma foto de Sebastião Salgado exposta na parede da sala onde foi a reunião de pauta.



Entrada do Centro de Estudos e ações solidárias da Maré.



Cartazes expostos na parede da sala de reunião de pauta do jornal O Cidadão.



Fotos da visita ao Jornal A Notícia por quem vive, no dia 13 de junho de 2015.



Parede do espaço da ASVI utilizado para reunião do jornal comunitário da Cidade de Deus.



Pilha da 10ª edição do jornal A Notícia por quem vive em cima da mesa da reunião.